

O desenvolvimento econômico em Celso Furtado: uma análise da apropriação da renda no Brasil de 2000 a 2017

RESUMO

Celso Furtado foi um profundo estudioso do desenvolvimento econômico, principalmente o brasileiro. Este artigo revisita parte dos seus escritos sobre o tema, relacionando-os com dados da apropriação da renda no Brasil entre 2000 e 2017. A revisão sobre a contribuição de Furtado está dividida em três fases: uma fase inicial de definição do conceito de desenvolvimento econômico; uma segunda, referente a seu pessimismo e conclusão que o desenvolvimento de países periféricos seria um mito; e uma terceira fase, na qual o autor endogeniza o desenvolvimento econômico e apresenta sua teoria do excedente. A partir da análise dos dados da economia brasileira, nota-se reversão da tendência de redução da desigualdade social a partir de 2015 e um cenário no qual, continuamente, as combinações mais produtivas não se concretizam. Percebe-se, assim, no conceito de Furtado, que a discussão do desenvolvimento como processo endógeno encontra o mito do desenvolvimento econômico.

Palavras-chave

Desenvolvimento econômico; Celso Furtado; Apropriação da renda.

ABSTRACT

Celso Furtado was a dedicated student of economic development, especially that of Brazil. This article looks back at some of his writings on the subject, comparing them with data on income appropriation in Brazil between 2000 and 2017. Our review of Furtado's contribution is divided up into three phases: the initial phase, when he first defined the concept of economic development; the second, which covered a period during which his pessimism led him to conclude that development in peripheral countries was no more than a myth; and the third phase, in which he endogenized economic development and produced his surplus theory. By analysing data on the Brazilian economy, we can see a reversal in the trend for a reduction in social inequality as from 2015 onwards, this in a scenario where more productive combinations repeatedly fail to materialise. We can thus perceive, in Furtado's concept, the debate over development as an endogenous process encountering the myth of economic development.

Keywords

Economic development; Celso Furtado; Income appropriation.

1. Assessor na PUCRS e Doutorando do PPGE - Economia do Desenvolvimento UFRGS

2. Professora na Univates. Doutoranda do PPGE - Economia do Desenvolvimento UFRGS

Introdução

Celso Furtado é considerado por muitos o economista brasileiro mais prestigiado. Ele dedicou a maioria de seus escritos à compreensão de como acontece o desenvolvimento econômico dos países e por que alguns são considerados subdesenvolvidos, enquanto outros alcançam o patamar de desenvolvidos. A sua contribuição sobre como ocorreu o desenvolvimento econômico brasileiro é única. Além disso, ele foi um autor extremamente produtivo e escreveu várias obras com uma amplitude de temas que poucas pessoas conseguiriam. Seu tema favorito sempre foi o Brasil e o desenvolvimento econômico que levaria o país a se tornar desenvolvido.

É possível perceber, lendo a obra do autor, sua busca inicial pelo significado do desenvolvimento e por entender por que alguns países ficavam estagnados no subdesenvolvimento, bem como tais países deveriam proceder para alcançarem os padrões de consumo e o nível de acumulação de capital dos países desenvolvidos. No entanto, a partir de novas pesquisas e dados, Furtado percebe que sua ideia anterior de desenvolvimento não era realizável. Diante disso, entra em fase pessimista, passando a apontar sua abordagem anterior sobre o desenvolvimento como um mito, e parte em busca de novos caminhos, novos materiais e metodologias, com o intuito de encontrar meios que possam levar os países de periferia, subdesenvolvidos, ao patamar dos países centrais, desenvolvidos. Ao final, foca sua pesquisa no estudo do excedente e propõe o desenvolvimento como processo endógeno e a teoria do excedente.

A partir dessas discussões, o objetivo deste artigo é observar como o conceito de desenvolvimento econômico se transforma e evolui, em um recorte da obra de Celso Furtado, e como ele pode ser contemplado à luz de uma análise da apropriação da renda no Brasil de 2000 a 2017.

A proposta parte da análise resumida da conceitualização de Furtado sobre desenvolvimento econômico, separando-a em três fases do autor. A primeira apresenta suas definições sobre desenvolvimento econômico antes do livro *O mito do desenvolvimento econômico*. A segunda fase inicia com o livro citado, visto que é uma obra na qual o autor revê algumas de suas afirmações anteriores e chega ao ponto de chamá-las de um mito. Nessa fase pessimista o autor se propõe a buscar uma nova economia política. Por fim, na terceira fase tem-se a consolidação dos estudos iniciais sobre essa nova economia política e um foco no comportamento dos estoques de capital e do

excedente, ambos vistos sob a ótica de um processo endógeno. Em conjunto com a análise, foram incluídos dados econômicos recentes do Brasil para confrontá-los com a teoria furtadiana, observando-se em que medida corroboram os escritos do autor e qual interpretação podemos extrair desses dados a partir da forma como o desenvolvimento econômico é teorizado e debatido por Furtado.

A análise dos dados baseia-se no desempenho da economia brasileira, principalmente na renda nacional, medida através do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita*, bem como sua composição por contas de geração de renda. A pesquisa considera o período de 2000 até 2017 em virtude da disponibilidade dos dados para efeito de comparação. A evolução da desigualdade social, medida pelo Índice de Gini e pela estratificação por percentual da renda total disponível, complementa a análise.

Além desta breve introdução, o trabalho está estruturado em quatro seções adicionais: parte-se de uma revisão da literatura de Furtado apresentando a dialética da teoria e política do desenvolvimento econômico para, então, apresentar a discussão do desenvolvimento econômico como um mito. Na sequência, tem-se a abordagem do desenvolvimento econômico como um processo endógeno e sua exploração a partir dos movimentos recentes da economia brasileira. As considerações finais retomam as sínteses de cada uma das fases e as principais implicações analíticas realizadas na discussão.

A dialética da teoria e política do desenvolvimento econômico

Se existe algo que Celso Furtado não demonstra é vaidade ou apego às suas definições e conceitos. Portando-se como um estudioso em constante aprendizado, sua definição de desenvolvimento econômico muda e evolui à medida que novos dados e descobertas são incorporados à sua busca. Na primeira fase de debate e conceitualização sobre o que seria o desenvolvimento econômico, Celso Furtado preocupa-se em definir cada passo do seu esquema, mostra-se otimista com relação a seu objeto de estudo e acredita que as forças antagônicas do desenvolvimento possuem potencial para elevar o padrão de consumo dos países capitalistas periféricos ao mesmo tempo que promovem melhoria nas condições de vida dos trabalhadores.

Furtado (1964, p. 23, destaques nossos) começa a delinear seu conceito de desenvolvimento econômico afirmando que, para “captar os fenômenos econômicos *em desenvolvimento*”, seria necessário perceber o contexto de uma realidade histórica, isto é, partir-se-ia de uma “imagem figurativa do todo social e de seu comportamento no tempo” para compreendê-la como “um processo mais amplo de mudança social”. Nesse sentido, pode-se definir o desenvolvimento econômico como “um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas” (FURTADO, 1964, p. 27). Nesse processo, a ciência teria papel estratégico devido a sua função nas inovações tecnológicas, e o avanço da ciência estaria inter-relacionado com o desenvolvimento econômico.

Por outro lado, Furtado (1983, p. 77) associa a intuição do desenvolvimento como um “conceito vago de progresso” e, do ponto de vista da análise econômica, com o aumento do fluxo de renda por unidade de força de trabalho. Para o autor, o aumento do fluxo de renda seria aceito desde a época dos clássicos como o melhor indicador do processo de desenvolvimento econômico e poderia vir tanto de modificações nas técnicas de produção como do aumento da dotação de capital por pessoa ocupada.

Furtado (1964) adiciona que, sendo o desenvolvimento econômico um processo de incorporação e propagação de novas técnicas, ele implica, também, modificações do tipo estrutural, as quais ocorrerão no sistema de produção e no de distribuição. Dessa forma, o desenvolvimento econômico de modo *stricto sensu* é definido como “o processo de expansão do sistema produtivo que serve de suporte a uma dada sociedade” (FURTADO, 1964, p. 61). Para tornar possível tal expansão, uma sociedade precisaria impor-se uma autolimitação à utilização do produto social, para que pudesse acumular e, assim, formar nova capacidade produtiva. A propriedade privada dos meios de produção foi uma maneira que as sociedades encontraram para aplicar um limite de utilização do produto social e possibilitar a acumulação. No entanto, essa visão *stricto sensu* de desenvolvimento econômico teria um limite, pois o desenvolvimento não dependeria apenas da acumulação, mas da melhoria das condições de vida também. Portanto, se o aumento do produto social ficar concentrado em poder de pequenos grupos dirigentes, a formação de capital tenderia a um ponto de saturação. Para a realização de um desenvolvimento sustentável seria necessário dividir o novo produto com os trabalhadores. Em resumo, Furtado (1964, p. 62) atribui o desenvolvimento das socie-

dades capitalistas a “duas forças mestras: o impulso à acumulação... e o impulso à melhoria das condições de vida que atua entre as grandes massas...”.

As chamadas forças mestras reforçam a perspectiva de Furtado para a conceitualização do desenvolvimento econômico a partir da acumulação associada à redução da desigualdade social, percebida, em sua abordagem, na centralidade da melhoria das condições de vida da grande massa. Essa visão de Furtado já apresenta um pano de fundo para as discussões que viria a realizar posteriormente com o debate do desenvolvimento como processo endógeno, retomando a questão da inovação e do progresso técnico, desta vez, não como aspectos dados ou impulsos automáticos, mas como uma escolha de possibilidades que só se concretiza com a geração de um excedente.

No intuito de diferenciar as noções de crescimento econômico e desenvolvimento econômico, o conceito de crescimento é definido como um aumento no fluxo de renda quando o conjunto econômico apresenta uma estrutura simples, na qual a procura não é autocriada, como, por exemplo, uma empresa ou um setor produtivo especializado. Dessa maneira, o desenvolvimento econômico pressupõe o crescimento de um conjunto econômico de estrutura complexa. Além disso, Furtado (1983, p. 78) esclarece que:

Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura.

Portanto, ao nível de uma economia nacional, a hipótese de crescimento sem desenvolvimento não tem correspondência na realidade, pois o crescimento de um setor produtivo em um conjunto econômico complexo gera realocação de fatores e aumento da produtividade média desses fatores. Esse crescimento leva a alterações na forma de distribuição e utilização da renda, e à medida que as alterações se assimilam à estrutura constitui-se o processo de desenvolvimento.

Furtado (1983), por sua vez, sintetiza o desenvolvimento econômico como um processo que se inicia na inovação tecnológica e na acumulação de capital de um subconjunto econômico que aumenta a produtividade física do conjunto da força de trabalho. Esse aumento de produtividade, quando chega ao conjunto econômico complexo, acarreta modificações de estrutura e nas relações e proporções internas do sistema econômico as quais,

por sua vez, levam a alterações na forma de distribuição e utilização da renda. As transformações no uso de recursos que acompanham o aumento do fluxo da renda são dependentes da forma como é composta a demanda, a qual é expressa por um sistema de valores da coletividade. Furtado (1983, p. 80), portanto, expande sua visão anterior e conclui: “Desta forma, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma coletividade”.

Dentro do processo de desenvolvimento econômico e das modificações que o personificam, o aumento da produtividade é fator chave. Com o intuito de compreender o processo de aumento da produtividade e o comportamento dos agentes quando a renda expande, Furtado (1983) se propõe a investigar o esquema macroeconômico do desenvolvimento, visto que um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico seriam baixos níveis de produtividade, pois geraria uma tendência à estagnação. Isso decorre do fato que, em uma economia de baixa produtividade, é necessário empregar grande parte da força de trabalho para produzir os meios de subsistência necessários à população. A introdução de combinações mais produtivas seria a forma como o desenvolvimento se apresenta. Essas novas combinações privilegiariam uma maior quantidade de capital por unidade de mão de obra ou recursos naturais. Em virtude do surgimento de novos fluxos de comércio exterior que poderiam dar início a um processo de acumulação, modificações no perfil da demanda permitiriam combinações mais produtivas dos fatores, sem a necessidade de acumulação prévia de capital. A forma como evoluiria esse aumento da demanda seria, então, fundamental para definir novos investimentos. Além disso, o aumento da demanda estaria condicionado a fatores institucionais, responsáveis por delinear a forma de distribuição da renda gerada. Caso esses fatores institucionais possuíssem tendência à concentração de renda nas mãos de uma minoria, o processo de desenvolvimento não tenderia a se intensificar. No caso de uma divisão igualitária da renda extra gerada, a diversificação da demanda alcançaria seu ponto máximo e dificultaria a acumulação, no sentido que a taxa de poupança seria reduzida e teria um efeito negativo sobre o crescimento.

Um dos principais elementos para buscar o aumento da produtividade seriam as inovações. Furtado (1964) diferencia as inovações de forma ampla em dois tipos: inovações tecnológicas (mudanças na cultura material); e inovações de valores sociais (mudanças na cultura não material). As inovações tecnológicas sofreriam menos resistências da sociedade para serem implantadas; mesmo assim, seriam capazes de sus-

citar conflitos sociais e gerar resistências, principalmente na fase de difusão das inovações. Por exemplo, um novo produto desenvolvido em uma região poderia provocar uma diminuição de renda em outra região distante, gerando desemprego. Nesse sentido, Furtado (1964, p. 28) afirma que “nas sociedades em que predomina a propriedade privada dos meios de produção, os conflitos resultantes da introdução de inovações nos processos produtivos tendem a transformar-se em conflitos de classes sociais”.

É interessante notar que Furtado faz uma diferenciação entre desenvolvimento econômico definido de uma forma ampla (*lato sensu*) e o desenvolvimento econômico dentro de uma sociedade capitalista. Neste último, a difusão da inovação provocaria aumento da concorrência entre produtores. Pressionados, os produtores buscariam redução dos custos de produção, pressionariam os salários para baixo e ameaçariam criar desemprego. Assim, no capitalismo, a concorrência entre produtores se traduziria em conflitos entre proprietários de bens de produção e assalariados.

A inovação pode, também, ser analisada sob a ótica de aumento de produto. Furtado (1964, p. 28) coloca: “A introdução de uma inovação tecnológica... cria um excedente que a coletividade pode utilizar, seja para aumentar sua capacidade produtiva, seja para a melhoria imediata do bem-estar social”. Em uma economia capitalista, o processo histórico de formação de capital estaria ligado com a divisão da sociedade em classes cujos interesses divergem. Dessa forma, no longo prazo, os arranjos de organização social que conseguem proporcionar “um crescimento mais rápido da riqueza social e, portanto, um maior poder ofensivo e defensivo da comunidade”, tenderiam a prevalecer. Furtado, no entanto, não enxerga o conflito de classes como um obstáculo ao desenvolvimento econômico: ele afirma que seria equivocado imaginar que os conflitos que decorrem do próprio mecanismo de apropriação do excedente entorpeceriam o desenvolvimento econômico de uma sociedade. O único obstáculo à formação de capital seria institucional, sendo o principal a “persistência de formas anacrônicas de distribuição de renda, que se traduzem em insuficiente vigor na demanda final para consumo ou investimento” (FURTADO, 1964, p. 30). Dessa forma, percebe-se que o conflito de classes pela apropriação do excedente poderia atuar como combustível para o desenvolvimento econômico, desde que a apropriação por uma das classes não ultrapassasse certo limite que provocasse falta de demanda. Nesse caso, Furtado evidencia que percebe a economia de uma forma próxima à visão keynesiana da economia, na qual a demanda tem papel fundamental.

Em Furtado (1983) há o esboço de um modelo que relaciona o processo de incorporação da invenção (ou inovação) e de difusão da inovação com a disputa pela apropriação da renda entre empresários e trabalhadores. Nesse modelo furtadiano existiriam apenas dois tipos de consumidores, o A e o B. O consumidor A seria o capitalista, o qual deriva sua renda da propriedade ou do controle do sistema econômico; e o B seria o trabalhador, o qual deriva toda a sua renda do salário. Então, o consumo do tipo B se resumiria a meios de subsistência, enquanto a demanda do tipo A seria muito mais diversificada. Furtado (1983) relaciona esses tipos de consumidores com os tipos de processos de desenvolvimento. Nesse sentido, quando a acumulação se dá por difusão de inovações, haveria um deslocamento do padrão de consumo do tipo B em direção ao padrão de consumo do tipo A, pois esse tipo de acumulação necessitaria de intensa mão de obra, o que levaria a um crescimento maior da taxa de salário em relação à produtividade. Em razão deste fato, se não existir uma força contrária a esse movimento, tende-se a uma paralisação da formação de capital. Assim, para defender a taxa de remuneração do capital, os empresários se esforçam para introduzir novas técnicas de produção que poupam trabalho e tentam restabelecer o equilíbrio da taxa de salário. O processo de desenvolvimento passaria então a ser conduzido pela acumulação-incorporação de invenções, que tenderia a fazer com que os padrões de consumo de A se afastassem do consumidor B. A maior concentração de renda tenderia a aumentar a massa de recursos disponíveis para investimento que, a partir de certo nível, elevaria o coeficiente de liquidez e diminuiria a taxa de remuneração de capital. Para evitar esse novo movimento, o empresário se voltaria para os canais de difusão do progresso técnico, reiniciando o ciclo. Por fim, Furtado (1983, p. 104) resume o processo de desenvolvimento como sendo conduzido por dois motores, um ligado à pressão pela elevação da taxa de salário e outro, pelo esforço da classe empresário-capitalista para preservar sua participação na renda.

Dentro dos limites de total igualdade de renda e total concentração de renda existe uma série de caminhos que o processo de desenvolvimento econômico poderia tomar. Celso Furtado não afirma qual seria a tendência desse processo de desenvolvimento, se de uma paulatina aproximação dos dois padrões de consumo ou se, ao contrário, um gradual afastamento dos padrões de consumo. A impressão que fica é que os dois movimentos são considerados como desenvolvimento econômico e que um peso muito grande depositado de um dos lados tenderia a frear o processo de de-

envolvimento e a mudança da forma de acumulação de difusão de inovações para de incorporação de invenções e vice-versa. Dessa forma, percebe-se que o processo de desenvolvimento econômico que leva a um maior fluxo de renda não define o que é feito com a renda extra gerada. Ela pode ser concentrada nas mãos de quem já possui um alto nível de riqueza, por exemplo. Cabe, então, a pergunta: o que significa ser um país desenvolvido? Um país com alto nível de renda e alto estoque de capital ou um país com distribuição de renda com mais equidade; ou seriam necessários ambos? Porque, caso para um país ser considerado desenvolvido for necessária a concretização de ambas as afirmações, de acordo com a definição de desenvolvimento de Furtado até o momento, é possível que o processo de desenvolvimento não leve o país a ser desenvolvido devido ao uso que deu a sua renda extra gerada no processo.

O desenvolvimento econômico como um mito

Após dedicar-se a definir os conceitos que orbitam a esfera do desenvolvimento econômico e de pesquisar os caminhos que os países subdesenvolvidos deveriam seguir para tornarem-se desenvolvidos, Furtado (1974) chega à conclusão que o desenvolvimento econômico, da forma como ele havia proposto e esperava que acontecesse, seria um mito. Sua nova constatação está baseada, principalmente, no predomínio das grandes empresas em um mercado cada vez mais globalizado e em novos estudos como o de Meadows *et al.* (1972).

Ao declarar o desenvolvimento econômico como um mito, Celso Furtado deixa transparecer que a ideia de desenvolvimento econômico presente em seus escritos anteriores não contemplaria a possibilidade de alterações na estrutura econômica em razão da acumulação de capital que levasse a renda a ser cada vez mais concentrada nas mãos daqueles cuja renda para consumo viesse dos seus direitos à propriedade e do controle do sistema econômico. O desenvolvimento econômico ocorreria quando os padrões de consumo entre os tipos de consumidores que ele definiu (aquele que deriva sua renda dos salários e aquele que deriva sua renda de propriedades e controle do sistema) fossem se aproximando ao longo do tempo, mesmo que através de ciclos de aproximação e distanciamento.

Um dos principais fatos que Celso Furtado percebeu e que inviabilizaria o desenvolvimento econômico como ele preconizava é a quantidade de recursos não renováveis que o padrão de consumo de uma economia como a dos EUA utiliza. Com acesso a novos dados e análises, percebeu que, caso tal padrão fosse reproduzido em todas as nações do planeta, não haveria recursos naturais não renováveis para suportá-lo. Assim, para sustentar níveis de consumo altos como o estadunidense, seria necessário que outras comunidades se mantivessem com um padrão de consumo muito menor.

Com relação ao papel das grandes empresas, Furtado (1974) constata que muitas das relações comerciais entre centro e periferia estavam se transformando em operações internas das grandes empresas. A partir de uma grande mobilidade do capital e da cooperação dos oligopólios internacionais, as grandes empresas puderam instalar fábricas na maior parte dos países da periferia. Isso aconteceu porque os salários nos países periféricos são mais baixos que nos países centrais e também em função de que muitos dos recursos não renováveis, que são de interesse dos países centrais, encontram-se em solo de países periféricos. Isso torna o processo de industrialização na periferia diverso daquele que ocorreu nos países desenvolvidos. Furtado (1974, p. 45) é categórico ao afirmar:

Sobra dizer que a industrialização que atualmente se realiza na periferia sob o controle das grandes empresas é processo qualitativamente distinto da industrialização que, em etapa anterior, conheceram os países cêntricos e, ainda mais, da que nestes prossegue no presente. O dinamismo econômico no centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanentemente concentração de renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos. Esse ponto é fundamental para o conhecimento da estrutura global do sistema capitalista. Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou, no correr do último século, com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional como social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração.

Apesar de pessimista, Furtado (1974) não acredita em uma ruptura cataclísmica em decorrência da crescente concentração de renda. O colapso aconteceria apenas se o padrão de vida dos países centrais fosse transplantado para todos os países periféricos, o que aca-

baria por degradar o mundo físico. Diz Furtado (1974, p. 75), “Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável”.

Mesmo não acreditando mais no desenvolvimento econômico dos países periféricos, Furtado (1974) afirma que eles terão uma crescente importância na evolução do sistema global, pois possuem muitos recursos naturais de que os países centrais necessitam e também pelo interesse das grandes empresas em explorar a mão de obra barata desses países. Para tentar assumir a orientação de seu processo de desenvolvimento, os países periféricos deveriam cooperar e se articular para utilizarem suas reservas de recursos naturais como instrumento de poder, e defender o valor real do trabalho através de políticas de elevação da taxa de salário real. No entanto, essas tarefas não seriam nada fáceis e, eventualmente, as burocracias dos países periféricos se sentiriam pouco atraídas em desempenhar essa função. As crescentes pressões sociais decorrentes do aumento da desigualdade é que poderiam forçar maiores ações relacionadas aos efetivos interesses sociais. Após conclusões pessimistas sobre possibilidades de o desenvolvimento econômico alavancar as economias subdesenvolvidas a alcançarem os níveis de acumulação e distribuição de renda dos países desenvolvidos, Furtado propõe uma nova economia política para “chamar a atenção para a situação atual de carência de uma teoria geral das formações sociais, que sirva de ponto de partida para o estudo dos problemas particulares que preocupam os economistas” (FURTADO, 1977, p. 11). Afirma que é possível analisar a ideia de acumulação de duas formas: a de um fluxo de formação de capital, o qual seria o investimento; e a de um estoque de capital já acumulado, ou capacidade de produção. Seu foco é analisar a acumulação de estoque, um conceito pouco elaborado pelos economistas. Dessa forma, seria necessário melhor compreender o processo global de acumulação e a apropriação do produto social para tirar as teorias do desenvolvimento econômico do impasse em que se encontram. No intuito de perseguir esse objetivo, insere o conceito de excedente como ponto de partida para o estudo.

Segundo Furtado (1977), o conceito de excedente foi abandonado durante o século XIX com o propósito de fundação de uma ciência econômica pura, a qual não necessitasse do conhecimento das estruturas sociais. Isso significaria considerar tais estruturas como imutáveis e restringiria o campo de estudo do economista. Para retomar o que denominou de teoria do excedente como a face econômica da teoria da estratificação social, o autor diz que é necessário estudar o destino dado ao produto do aumento da produtivi-

dade do trabalho com o objetivo de identificar o excedente. Dessa forma, a produtividade do trabalho e o grau de desigualdade social determinariam o nível do excedente.

Com relação às desigualdades sociais, o produto social seria em parte apropriado por instituições que integram o sistema de poder. Tal ato poderia contribuir para aumentar ou diminuir as desigualdades sociais. Furtado (1977) define que a amplitude das desigualdades sociais pode ser medida pela diferença entre o nível de consumo médio do conjunto da população e o nível de consumo do trabalhador manual. Sendo que esses trabalhadores poderiam ser considerados como representativos do custo básico de reprodução da população como um todo.

A destinação final do excedente e as forças sociais que respondem pela sua apropriação e utilização é o que determina a grande diversidade de formações socioeconômicas no capitalismo contemporâneo. Furtado sintetiza as diferenças de apropriação e utilização em economias desenvolvidas e subdesenvolvidas se apresentando nas seguintes formas (FURTADO, 1977): a) economias desenvolvidas: custo de reprodução homogêneo no espaço e tendente a aumentar mais que a produtividade. A observação histórica demonstraria uma tendência ao declínio relativo do excedente; b) economias subdesenvolvidas: custo de reprodução heterogêneo no espaço e tendente a crescer menos que a produtividade social. A evidência histórica demonstraria aumento da participação do excedente no produto.

Furtado (1978) segue com sua linha de pensamento anterior de que as formas de apropriação e de uso do excedente estão no centro da questão. Nesse sentido, fala em duas ordens de problemas principais: um primeiro, ligado aos responsáveis pelos centros de decisões e da legitimidade do poder daqueles que se apropriam do excedente em face da crescente concentração geográfica de renda e riqueza; e, por segundo, da complexidade das relações internacionais diante da forma como cada país se insere no sistema de divisão internacional do trabalho. Sua aposta é que os Estados nacionais do terceiro mundo irão desempenhar o papel de contrapeso a essas forças e brigar pela apropriação do excedente. As diferenças entre o tipo de desenvolvimento dos países industrializados e já desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos são destacadas, dentre as principais, a importância da dependência destes últimos para com os primeiros. Furtado (1978) aponta que ocorreram transformações sociais com impactos no sistema de poder nos países desenvolvidos antes da intensificação da acumulação, e tal fato possibilitou crescente integração política da massa de assalariados e uma maior homogeneização dos padrões de vida. Por outro lado, nas economias subdesenvolvidas,

o dinamismo econômico necessitaria de uma grande diversificação do consumo de uma minoria e pressionaria a massa de trabalhadores. Assim, as desigualdades sociais não seriam apenas reproduzidas, como também ampliadas, pois “o desenvolvimento das forças produtivas em condições de dependência não engendra as transformações sociais que estão na base da valorização da força de trabalho” (FURTADO, 1978, p. 60). Por essa razão, Furtado passa a afirmar que o conceito de desenvolvimento é ambíguo, já que faz referência a distintos processos históricos que são de difícil comparação.

Nesse sentido, a ideia de um processo de criatividade cultural seria o que define os caminhos de desenvolvimento de cada nação. Quando uma sociedade gera um excedente, se defronta com várias opções de como usá-lo. O que definirá seu destino não é apenas a reprodução daquilo que já existe, mas a ampliação de horizontes de acordo com as características dos membros da sociedade para solucionar problemas e tomar decisões sob incerteza. “Em sua dupla dimensão de força geradora de novo excedente e impulso criador de novos valores culturais, esse processo liberador de energias humanas constitui a fonte última do que entendemos por desenvolvimento” (FURTADO, 1978, p. 73).

Assim, o mito do desenvolvimento das obras de Furtado (1974; 1977; 1978), além de carregar seu pessimismo, denota sua compreensão acerca da realidade posta: a impossibilidade de os países subdesenvolvidos alcançarem o desenvolvimento econômico dos países desenvolvidos. Pois tal modelo implicaria dois aspectos fundamentais e, essencialmente, pouco prováveis: o primeiro deles, a escassez de recursos não renováveis que permitiria o consumo semelhante ao estadunidense e, o segundo, o papel desempenhado pelas grandes empresas transnacionais, nas quais as estratégias são, predominantemente, definidas nos países centrais e a partir de seus objetivos, que não necessariamente estão alinhados às necessidades dos países periféricos.

Discussão: o desenvolvimento econômico como um processo endógeno e o Brasil

Furtado (1984) abandona o pessimismo e propõe analisar o desenvolvimento econômico como um processo endógeno. Nesse sentido, a inovação é vista como a escolha de uma série de possibilidades e apenas é realizável devido à existência de um exce-

dente gerado, é fruto da divisão social do trabalho e, por isso, fundamental no estudo do desenvolvimento. O surgimento de um excedente traz à tona uma série de opções que permitem não apenas reproduzir aquilo que já existe como também ampliar o campo das possibilidades. “[...] a vida social engendra uma energia potencial que se realimenta com a utilização de um novo excedente” (FURTADO, 1984, p. 106). A construção das pirâmides do Egito, da muralha da China, ou a manutenção de cortes são exemplos de escolhas feitas por sociedades para o destino do seu excedente.

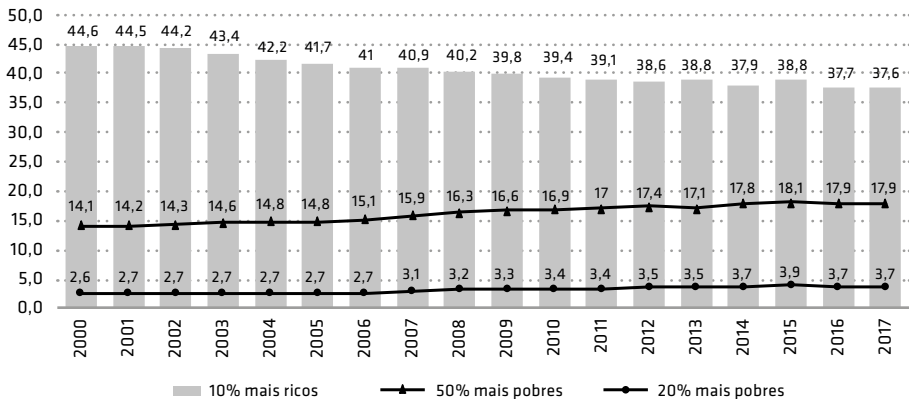
Um dos elementos que fundamentaria a forma como é usado o excedente em várias nações é o sistema capitalista. Nesse sentido, as forças das capacidades inovativas seriam direcionadas para o desenvolvimento tecnológico com o intuito de possibilitar um maior e mais rápido processo de acumulação; desenvolvimento decorrente da lógica da acumulação. No quadro dos países subdesenvolvidos, esse processo teria provocado malformações sociais que poderiam ser resolvidas com a endogeneização, isto é, com a possibilidade de uma comunidade de “ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas” (FURTADO, 1984, p. 108). No entanto, as relações centro-periferia, a partir do primeiro núcleo industrial, no Reino Unido, no século XVIII, iniciaram um processo de modificação das outras regiões em razão da forma e velocidade de acumulação do sistema de produção. Nesse sentido, as outras regiões tenderam a se assemelhar a esse primeiro núcleo industrial.

Assim, a periferia teve muito de suas estruturas econômicas e sociais moldadas a partir do exterior e dos países centrais, que desejavam aumentar sua zona de influência e melhorar a eficácia de sua acumulação. A periferia, sendo fonte de mão de obra barata e de recursos naturais, através do sistema de divisão internacional do trabalho, permitia a aceleração do processo de acumulação no centro. O excedente gerado nos países periféricos era apropriado nos países centrais, que obtinham ganhos de produtividade e conseguiam diversificar sua cesta de consumo. As formas de apropriação, segundo Furtado (1984), não eram as mesmas, mas poderiam ser caracterizadas em quatro situações: a) apropriação do excedente exclusivamente em benefício do núcleo central; b) apropriação de uma parte do excedente por um segmento da classe dominante local – neste caso os beneficiários locais tendem a identificar-se culturalmente e ideologicamente com a “metrópole”; c) apropriação do excedente por grupos locais que o utilizam para ampliar sua própria esfera de ação”; d) apropriação de parte do excedente pelo Estado – comum em locais onde a atividade exportadora se baseia em recursos não renováveis.

Na discussão quanto às formas de apropriação, Furtado afirma que existiriam várias situações de combinação dessas quatro formas de apropriação, sendo que as que mais marcam a história da periferia são as formas (b) e (c), e a forma (d) vem ganhando crescente importância. Nas mais presentes nos países periféricos, nota-se uma característica predominante: a apropriação arbitrária do excedente por grupos específicos, compostos pela classe dominante local ou pelo Estado. A consequência desse processo é representada pelas deficiências nas mudanças estruturais em termos sociais, ou seja, na melhoria da igualdade social.

No Brasil, a discussão realizada por Furtado na década de 1980 segue contribuindo para a interpretação da apropriação de renda nos últimos anos. Entre as razões, estão fatos observados na distribuição de renda. No país, as famílias 10% mais ricas registraram um movimento contínuo de perda na participação da renda total de 2000 até 2017, o que representou uma queda de 6 pontos percentuais (p.p.). Contudo, a partir de 2013, essa faixa da população desacelerou o ritmo da perda de participação, encerrando 2017 com 37,6% da renda total. Destaca-se que tal movimento não resultou em mudanças importantes nas faixas mais pobres: as famílias correspondentes aos 50% mais pobres ainda não alcançaram 20% da renda total, tendo inclusive perdido participação em 2017 frente 2015. Já as famílias 20% mais pobres do Brasil ainda estão distantes de representar 5% da renda total, também registrando perda de espaço em 2017 frente 2015. O gráfico 1 ilustra esse cenário.

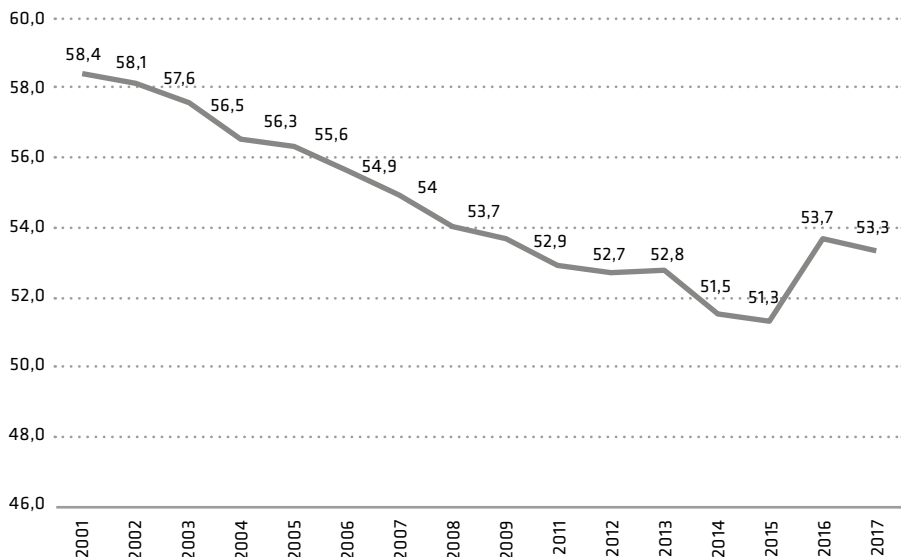
Gráfico 1 | Renda disponível das famílias por percentual da renda total - (%), 2000-2017



Fonte: elaboração própria com dados do *Euromonitor International* (2020).

Nota-se, portanto, nos últimos três anos, uma possível reversão da tendência de redução da desigualdade social, retomando condições tipicamente encontradas em países subdesenvolvidos. Esse perfil de apropriação de renda também é observado na evolução do Índice de Gini³ do país, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 | Índice de Gini, 2001-2017*



Fonte: elaboração própria com dados do Banco Mundial (WORLD BANK, 2020).

(*) As informações do Índice de Gini para os anos 2000 e 2010 não estavam disponíveis na base de dados.

Para Furtado, na periferia o modo de apropriação é que definiria o perfil da demanda interna. Como na periferia as definições vêm de fora e se limitam a diferentes formas de uso de recursos já disponíveis, o impacto na estrutura social acaba por ser muito pequeno. Por outro lado, nos países centrais, o aumento da produtividade se torna aumento da renda média da coletividade, em função da pressão social pelo aumento da remuneração do trabalho, o que, por sua vez, altera o perfil da demanda e influencia na destinação do excedente.

3. O Banco Mundial (WORLD BANK, 2020) define que o Índice de Gini mede até que ponto a distribuição de renda (ou, em alguns casos, despesa de consumo) entre indivíduos ou famílias de uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O índice de Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica desigualdade perfeita.

No caso brasileiro, no período de 2000 a 2017, verifica-se uma conjuntura típica de país periférico. O modo de apropriação e a evolução do PIB em comparação à produtividade do trabalho nesse ínterim evidenciam pontos importantes: (i) a apropriação de renda pela remuneração dos empregados estável; (ii) produtividade do trabalho predominantemente com variação inferior à registrada pelo PIB.

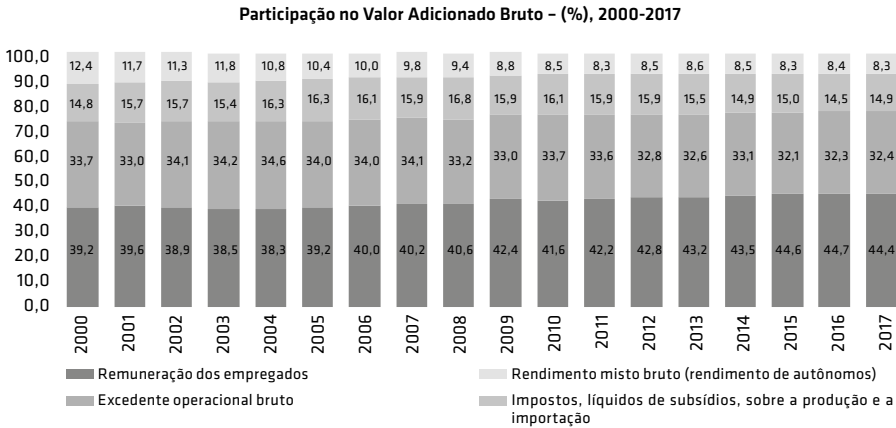
O primeiro aspecto deve ter seu comportamento observado considerando-se o que acontece com as demais contas que compõem a distribuição, sendo elas: excedente operacional bruto, rendimento misto bruto (rendimento de autônomos) e impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação. Observa-se um processo contínuo de ganho de representatividade da remuneração dos empregados de 2000 a 2017, alcançando 44,7% da renda total e perdendo 0,3 p.p. em 2017, mas, ainda assim, indicando certa estabilidade. Na comparação de 2017 em relação a 2000, essa conta ampliou sua participação em 5,2 p.p. Como elemento isolado, tal resultado é importante, porém, o ganho se realiza, sobretudo, diante da perda de participação do segmento de rendimento misto bruto, também chamado de rendimento de autônomos. No mesmo período, o rendimento de autônomos perdeu 4,1 p.p. de representatividade na renda total. Essa análise torna-se fundamental a partir da configuração do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado pelo elevado nível de informalidade⁴ associada à flexibilização da legislação trabalhista e avanço do processo de precarização das relações de trabalho.

Assim, nota-se que o ganho de 5,2 p.p. na participação da remuneração dos empregados e a diminuição na informalidade, sobretudo do ano 2000 até 2014, ocorreram simultaneamente ao período de crescimento de PIB brasileiro. Contudo, a tendência da informalidade se reverte com a recessão econômica e a flexibilização das relações de trabalho.

Quanto às demais contas, a de excedente operacional bruto registrou queda de 1,3 p.p. e o governo, através de impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, ampliou sua participação em 0,2 p.p. O gráfico 3 ilustra a composição do Valor Adicionado Bruto do Brasil de 2000 a 2017.

4. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), o indicador de informalidade, que passou a ser produzido mensalmente a partir de 2016, registrou uma taxa média de 39,0% em 2016, e 40,2% em 2017. Para o período de 2002 a 2012, Barbosa Filho e Moura (2015), analisaram a evolução desse processo no país e destacaram que a taxa de informalidade no Brasil não foi inferior a 30%.

Gráfico 3 | Distribuição primária da renda: conta de geração de renda



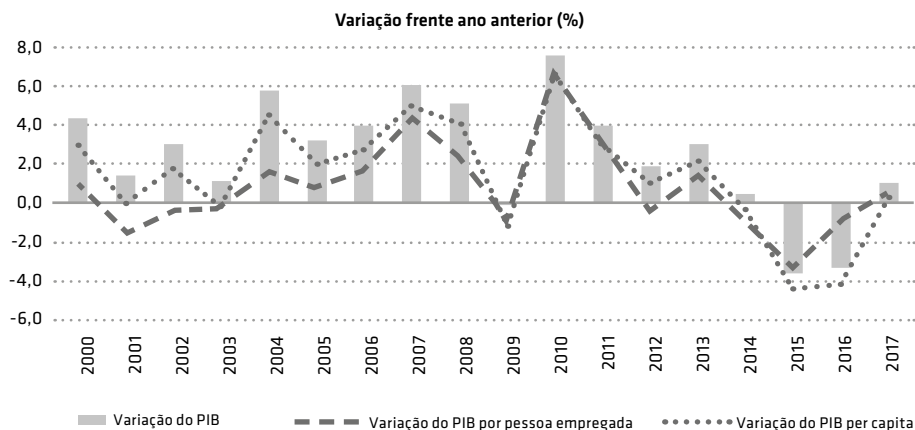
Fonte: elaboração própria com dados do IBGE (2020).

O segundo aspecto da conjuntura brasileira que reforça sua condição periférica está relacionado às taxas de variação da produtividade do trabalho, predominantemente inferiores às registradas pelo PIB. Nesse ponto, ressalta-se o desafio de medir a produtividade do trabalho em uma economia.⁵ Entre as *proxies* comumente usadas em análises econômicas estão: PIB *per capita* e PIB por pessoa empregada. Em ambas, a produtividade brasileira registra variação inferior ao crescimento do PIB. Em média, no período 2000-2017, a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 2,5%, enquanto a elevação da produtividade ficou consideravelmente abaixo desse patamar, registrando, em média, aumento de 0,8% ao ano quando considerada a *proxy* de PIB por pessoa empregada, e de elevação de 1,4% sob a ótica do PIB *per capita*. Nesse ponto, a discussão do desenvolvimento como processo endógeno encontra o mito do desenvolvimento econômico no conceito de Furtado, devido à análise que os dados da economia brasileira permitem, indicando um cenário onde continuamente as combinações mais produtivas não se concretizam. O país cresce, porém, sua produtividade segue a taxas inferiores. Na sua primeira fase, Furtado observa que as novas combinações deveriam privilegiar uma maior quantidade de capital por unidade de mão de obra ou recursos naturais, por consequência, aumento da produtividade, mas os indicadores revelam que isso não ocorreu no Brasil ao longo dos últimos dezoito anos.

5. Ver Ellery Jr. (2014) e Messa (2014) para uma discussão sobre o tema.

Na sequência, o gráfico 4 apresenta as taxas de variação do PIB e das *proxies* de produtividade, o PIB por trabalhador empregado e o PIB *per capita*.

Gráfico 4 | Taxa de variação do PIB, do PIB por trabalhador empregado e do PIB per capita



Fonte: elaboração própria com dados do Banco Mundial (WORLD BANK, 2020).

Com esse cenário em mente, como deveria agir um país periférico na busca por endogeneizar seu desenvolvimento? A participação na divisão internacional do trabalho permitiria sanar a insuficiência de recursos, mas não seria suficiente para superar a dependência tecnológica; além disso, o processo de substituição de importações apenas tenderia a perpetuar esse movimento. Buscando respostas, Furtado (1984) comenta sobre três modelos de experiências de endogeneização do desenvolvimento: 1) a coletivização dos meios de produção; 2) a satisfação das necessidades básicas da coletividade; 3) aumento do grau de autonomia externa.

A coletivização dos meios de produção compreende um modelo baseado no controle das atividades econômicas pela coletividade, podendo ser tanto por meio de autogestão como por planificação centralizada, ou ainda uma combinação entre os dois. O objetivo desse modelo seria o de “destruir as bases das estruturas tradicionais de poder e substituir a lógica do mercado por uma mais abrangente” (FURTADO, 1984, p. 119). No entanto, qualquer uma das duas formas traz reveses; na autogestão poderia haver uma considerável pressão para aumentar o consumo. Já na planificação há a possibilidade de afastamento entre os centros de decisão e a massa da população

com risco da criação de novas estruturas de privilégios. Além disso, Furtado comenta que pode haver dificuldade de acesso a financiamentos externos e à tecnologia e também dificuldades operacionais de um sistema econômico conduzido por decisões centralizadas.

Com relação ao modelo de satisfação das necessidades básicas da coletividade, ele busca incluir nos benefícios do desenvolvimento a parte da população que é excluída no processo de desenvolvimento das economias periféricas e de acumulação. Para atingir esse objetivo, seria necessário que o excedente fosse usado para modificar o perfil de distribuição de renda, garantindo necessidades básicas como saúde, educação e moradia para toda a população. A solução necessitaria de um maior envolvimento político para que fosse bem-sucedida, e esta seria uma das maiores dificuldades desse modelo. No plano estritamente econômico, Furtado comenta que os obstáculos também não seriam pequenos, pois o direcionamento do excedente poderia levar à perda de competitividade internacional que, por sua vez, poderia demandar medidas extras que teriam potencial de anular as medidas tomadas para combater a má distribuição de renda.

O último modelo seria o de aumento do grau de autonomia externa. Pressupõe que o país adote uma postura ofensiva com relação aos mercados externos. Para alcançar esse objetivo, os investimentos deveriam ser orientados na direção dos setores com maior potencial para competir externamente, mas também indutores dos setores internos. Para ser bem-sucedido, seria necessário que os produtos exportados estivessem na vanguarda do mercado, além de haver um planejamento rigoroso e uma alta taxa de poupança. Os casos de sucesso desse modelo levam a uma maior independência, financeira e tecnológica, com relação aos países centrais. As empresas transnacionais, dependendo do grau de controle que possuem das atividades produtivas, principalmente aquelas com potencial de exportação, podem ser um entrave a este modelo. Outra dificuldade do modelo é de onde viria a vontade política para desenvolvê-lo, pois as elites tradicionais, segundo Furtado, não seriam as maiores interessadas nele. Assim, o modelo pode conter, ou necessitar de, vocação autoritária.

De acordo com esses três modelos de desenvolvimento endógeno, o Brasil parece se encaixar melhor como um país que tentou seguir pela via de maior grau de autonomia externa, mas que foi bem-sucedido apenas parcialmente na sua empreitada. Esse meio fracasso, meio sucesso brasileiro deve-se ao fato de que os produtos expor-

tados e competitivos do país não estão na vanguarda do mercado mundial. Sua pauta de exportação é marcada, principalmente, por *commodities in natura* ou semiprocessadas, diferentemente de países bem-sucedidos nesse modelo de desenvolvimento, como Coreia do Sul e Japão, os quais exportam, por exemplo, eletrônicos e *chips* semicondutores que estão na vanguarda tecnológica. No entanto, é importante salientar que o Brasil possui certo grau de independência externa, principalmente no quesito financeiro. As sucessivas crises de balança de pagamentos em décadas anteriores deixaram suas marcas e, desde a década dos anos 2000, o Brasil possui moeda relativamente estável ao preço de um elevado e custoso volume de reservas internacionais que servem de proteção contra a volatilidade excessiva.

Em uma outra forma de olhar para o Brasil, seria possível afirmar que o país tentou adotar um caminho intermediário entre o modelo de satisfação das necessidades básicas e o modelo de autonomia externa, visto que esse último não foi capaz de trazer os frutos para superar o subdesenvolvimento e que apenas uma parte da população conseguiu se apropriar de ganhos, fato evidenciado pelos dados desta seção e pelo histórico de desigualdade de renda do Brasil (que está entre os dez países mais desiguais do mundo, segundo estimativas do Índice de Gini realizadas pelo Banco Mundial).

Considerações finais

A obra de Celso Furtado é vasta e consideravelmente eclética. Seu tema favorito sempre foi o Brasil e seu maior talento foi a escrita. A clareza com que fala de temas complexos impressiona. O conteúdo que permeia, sem dúvida, todas as suas obras é a tentativa de entender o Brasil e buscar caminhos que levem o país a ser próspero e com igualdade. Além disso, Furtado sempre prezou pela necessidade e pelos benefícios de um país ser senhor do seu próprio destino.

O desenrolar da história até os dias atuais nos permite inferir que Furtado estava certo sobre sua forma de desenvolvimento econômico como um mito. O que temos testemunhado com a transposição de muitas fábricas para a China em busca de mão de obra barata e depois, quando essa começa a encarecer, para outros países mais periféricos como Vietnã e Bangladesh, seria um exemplo de como a coordenação das

grandes empresas mundiais, muitas vezes operando como oligopólios, conduz o processo de desenvolvimento da forma como deseja. Os Estados locais perderam força e importância para coordenar os processos de desenvolvimento, e quem coordena o processo são as grandes empresas.

Talvez a melhor contribuição de Furtado para a teoria de desenvolvimento seja a noção que, diante de um excedente gerado, a sociedade se encontra com um leque de opções do que fazer com esse excedente. As escolhas que ela realiza irão repercutir em sua estrutura. Portanto, define Furtado (1977, p. 26) que “O núcleo central do estudo dos câmbios sociais que chamamos de desenvolvimento econômico consiste no conhecimento dos processos sociais pelos quais se definem a importância relativa do excedente e a utilização final deste”.

Ao final, Furtado mostra-se preocupado com a insegurança social. As situações de subemprego e marginalidade sociais como um problema estrutural das economias subdesenvolvidas, somadas às crescentes desigualdades sociais, seriam um indicativo da necessidade de sistemas de repressão cada vez mais custosos e da possibilidade progressiva de uma eclosão revolucionária. Essa situação favoreceria uma forma cada vez mais autoritária de apropriação do excedente.

A partir da abordagem de Furtado sobre desenvolvimento econômico e suas discussões nas distintas fases nota-se, no caso brasileiro, no período de 2000 a 2017, uma conjuntura típica de país periférico. Além de registrar uma possível reversão da tendência de redução da desigualdade social de 2015 a 2017, o modo de apropriação da renda oferece indícios de outras fragilidades. Os ganhos de representatividade da remuneração dos empregados na renda total se deram em detrimento das perdas de participação do rendimento de autônomos no período de crescimento do PIB, porém, esse padrão não se sustentou diante da recessão econômica do país a partir de 2015 e dos avanços da flexibilização das relações de trabalho.

Além disso, observa-se na economia brasileira a produtividade do trabalho, predominantemente, com variação inferior à registrada pelo PIB. Tais elementos convergem, fundamentalmente, com a discussão proposta por Furtado sobre a periferia e seu subdesenvolvimento. Nesse âmbito, a análise dos dados da economia brasileira revela um cenário no qual, continuamente, as combinações mais produtivas não se concretizam, ou seja, a discussão do desenvolvimento como processo endógeno encontra o mito do desenvolvimento econômico no conceito de Furtado.

Mesmo enxergando um futuro incerto, e muitas vezes sombrio, Celso Furtado passou esperança nos seus escritos e lutou para compreender a situação atual (à época) do Brasil e do mundo e como deve a nação se portar em relação a problemas e desafios para que possa ter um futuro no qual as necessidades básicas de todos sejam atendidas e a estrutura social torne-se mais justa.

Referências

- BARBOSA FILHO, F.H.; MOURA, R.L. Evolução recente da informalidade do emprego no Brasil: uma análise segundo as características da oferta de trabalho e o setor. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 45, n. 1, p. 101-123, 2015.
- ELLERY JR., R. Desafios para o cálculo da produtividade total dos fatores. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L.R. (Org.). *Produtividade no Brasil: desempenhos e determinantes - Desempenho*. Brasília: ABDI, Ipea, 2014.
- EUROMONITOR. *Euromonitor International*, 2020. Disponível em: <<http://www.portal.euromonitor.com/portal>>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Prefácio à nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. O desenvolvimento como processo endógeno. In: FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas nacionais*. 2020. Disponível em:< <https://ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- MEADOWS, Donella H., et al. *The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*. New York: Signet Classics, 1972.
- MESSA, A. Metodologias de cálculo da produtividade total dos fatores e da produtividade da mão de obra. In: DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L.R.(Org.). *Produtividade no Brasil: desempenhos e determinantes - Desempenho*. Brasília: ABDI, Ipea, 2014.
- WORLD BANK. *World Bank Open Data*, 2020. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 14 jan. 2020.

